

## Mantido o veto do Zeroaldo Alckmin. Que nos aguardem: em 2006 haverá eleição!

**A** lógica (?) de construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que orienta os gastos do Estado com os recursos de impostos é perversa. Configura-se numa aplicação grotesca do mote “se ficar o bicho come, se correr o bicho pega”. Significa, por exemplo, que, se ousarmos problematizar o montante de recursos que o Executivo reservou para as universidades, estas ficarão sem a vinculação orçamentária que tem sido renovada a cada ano desde 1989, quando no bojo da greve de 1988 o governador Quéricia iniciou essa prática.

Após receber do Executivo a proposta de LDO, o Legislativo tem prazo para analisar, eventualmente emendar, votar e devolver ao Executivo; o Governador tem 15 dias úteis para referendar ou vetar mudanças incluídas e devolver ao Executivo, que tem 30 dias, segundo a Constituição, para se manifestar. Descobrimos algo surpreendente nessa presença na Alesp, que ela pode omitir-se de analisar o que o Executivo deliberou: existe longa fila de vetos do Governador, que nunca foram submetidos a discussão e deliberação. Ousamos lutar para quebrar com essa “lógica”. O que conseguimos? Cabe lembrar alguns dos acontecimentos.

No mês de junho, como de hábito, o Fórum das Seis encaminhava à Alesp um conjunto de emendas em favor da educação pública no Estado. Eram pleiteados 33% da receita de impostos para a educação em geral, compreendendo 11,6% da cota-parte do ICMS para as universi-

dades e 2,1% da cota-parte do ICMS para o Centro Paula Souza (Ceeteps). Após seis audiências públicas e exaustivas rodadas de negociação, que envolveram o Fórum das Seis, as reitorias e a forte presença de estudantes, funcionários e professores, no dia 7/7 a Alesp aprovou a LDO 2006, contemplando emendas que, embora contendo muito aquém do pleiteado, rompiam com os dez anos de descaso do Legislativo para com a educação pública. Era também uma demonstração de que o Legislativo poderia atuar de forma autônoma, não se submetendo, como de praxe, ao Executivo.

Enquanto aguardavam a decisão do Governador, o Fórum das Seis e os estudantes continuavam organizando manifestações, como o ato de 12/7 na Alesp pela manutenção da emenda da educação na LDO, que contou com a presença de deputados do PT, PFL, PCdoB e PMDB. Mesmo assim, prevaleceu a insensibilidade do Governador, que em 3/8, último dia para sua resposta, vetou o artigo 4º, retirando os 31% da receita de impostos para a educação em geral, os 10% do ICMS para as universidades e o 1% do ICMS para o Ceeteps.

### Reversão da catástrofe

Embora esse aumento de recursos seja insuficiente para atender as necessidades de uma educação pública de qualidade, ele sinalizaria o início da reversão da situação catastrófica em que se encontra a educação básica (infantil, fundamental e média) com classes superlotadas,



Fotos: Daniel Garcia

**Passeata de 28/9 à tarde. Ao lado: manifestantes no plenário principal da Alesp**

professores e funcionários mal pagos e péssimas condições de trabalho; ele permitiria um mínimo de ampliação de recursos, contemplando uma inédita vinculação de 1% da cota-parte do ICMS para o Ceeteps, que tem servido de propaganda demagógica do governo Alckmin, que promove uma expansão demagógica e irresponsável à custa dos salários e da qualidade da educação; por fim, o acréscimo de 0,43% da cota-parte do ICMS garantiria um mínimo de recursos para expansão de vagas e início da reversão da grave situação orçamentária em que se encontram as universidades estaduais.



Para procurar manter pelo menos esse mínimo de recursos a mais o Fórum das Seis indicou uma paralisação nas universidades para 16/8, dia em que a Comissão de Finanças e Orçamento da Alesp estaria apreciando o veto de Alckmin. A significativa presença, em particular de

funcionários e estudantes da USP, durante a sessão pública dessa Comissão, levou-a a recomendar a reversão do veto, por unanimidade.

No dia 26/8 iniciou-se a greve dos docentes da USP, coincidindo com o Ato Unifi-

# Fipecafi também se credencia no MEC para oferecer MBA

Mais uma das instituições autodenominadas de apoio à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), credenciou-se para oferecer diretamente cursos de MBA, sem necessidade de supervisão ou aprovação da USP. Iniciativa idêntica foi tomada pela Fundação Instituto de Administração (Informativo Adusp 193).

A Fipecafi obteve autorização do Ministério da

Educação (MEC), no dia 7/10/2004, para oferecer cursos de especialização, conforme registrado em ata de reunião da fundação no 28/10, e em panfleto de propaganda da entidade.

Em outra reunião, em dezembro de 2004, o Conselho Curador da fundação discutiu a transferência do controle dos cursos de MBA da Pró-Reitoria de Pós-Graduação para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão. Devido à necessidade de aprovação de alterações nos cursos pela Pró-Reitoria, considerada

muito lenta, os conselheiros decidiram suspender e reformular os cursos oferecidos com a chancela da USP, e concentrar a oferta em cursos próprios, independentes, graças ao credenciamento no MEC.

## “Atender anseios”

“A ida ao MEC foi para atender os anseios dos alunos dos cursos de MBA, para ter uma ferramenta adicional para dar aulas em faculdade”, justificou em entrevista à Revista Adusp o diretor-presidente da fundação, Iran Siqueira Lima.

Segundo ele, a Fipecafi ainda oferece dez cursos pagos através da USP e está se preparando para atuar cada vez mais na área de ensino à distância.

No material de divulgação do MBA da Fipecafi, que não usa o logotipo da USP, mas cita duas vezes a relação existente com a universidade, a fundação afirma ter não só garantido “a manutenção de grande parte do corpo docente”, como também “contribuído financeiramente para a realização de projetos e atividades da própria Faculdade”.

Em julho de 2001, a Fipe-

cafi causou polêmica ao obter autorização do MEC para oferecer um curso pago de graduação em atuária. A entidade criada para oferecê-lo, a Faculdade Brasileira de Gestão e Negócios, controlada pela fundação e com endereço na sua sede (na Rua Alvarenga, 2147), foi descredenciada no MEC, embora siga como registrada no sítio do ministério como entidade credenciada. Foi criada, de acordo com a classificação do ministério, como “Privada – Particular em sentido estrito”. Ou seja, com fins lucrativos.

## Continuação da capa

cado dos Servidores Públicos em Defesa dos Serviços Públicos de Qualidade. Cabe lembrar que, na véspera desse Ato, o Governador anunciou o reajuste geral e diferenciado para o funcionalismo, que estava prometido desde maio. A greve das universidades ganhava amplo espaço na mídia.

Outra vitória significativa ocorreu no dia 14/9 com a realização de sessão extraordinária da Alesp, acertada em reunião entre o Colégio de Líderes, representantes do Fórum das Seis e as três reitorias. Nova sessão extraordinária ocorreria também no dia seguinte. Novamente era quebrada aquela lógica perversa já mencionada. Embora o resultado ainda fosse incerto, docentes, estudantes e funcionários foram atores importantes na construção de um processo que ainda tem muito a caminhar. Para não ficar à mercê do Legislativo, a assembléia da Adusp de 16/9 deliberou suspender a greve e voltar a fazer pressão, com paralisação, quando a matéria entrasse em votação. Nos dias seguintes sabia-se que Alekmin, procurando evitar maior desgaste político, anunciava que daria



Aspecto do plenário Juscelino Kubitschek, em 28/9

pequenos incrementos no repasse do ICMS para as universidades e recursos para o Ceeteps.

Na tarde de 28/9/05 cerca de dois mil estudantes, funcionários e docentes das três universidades estaduais e do Ceeteps saíram em passeata do vão livre do Masp até a Alesp para pressionar os deputados a votar a reversão do veto do Governador. Sob pressão intensa dos manifestantes, em nova sessão extraordinária e com votação simbólica, a Alesp manteve o veto do Governador. Manifestaram-se contra o veto as bancadas do PCdoB, PDT, PFL, PMDB, PSB e PT.

Analisaremos o conteúdo da Lei Orçamentária (LO),

correndo o risco de constatar que Alekmin propõe justamente aquilo de que nos acusava injustamente: tirar dinheiro de um nível da Educação para passar a outro.

Tivemos derrotas e vitórias ao longo desse movimento pela rejeição do veto do Governador. No entanto, todos os que participaram, principalmente nossos jovens estudantes, aprenderam lições importantes de cidadania, na luta por construir um processo minimamente democrático de lidar com os recursos públicos. Tanto o governador Alekmin quanto os deputados que votaram contra a educação pública serão fustigados quando pleitearem novos cargos nas eleições de 2006.

## Os deputados no “Poste”

Na noite de 28/9, a base governista no Colégio de Líderes da Alesp concordou em deliberar sobre o veto do Governador. A proposta indicada pelo Fórum das Seis, que era “vota hoje e nominalmente”, foi terminantemente rechaçada por Alekmin e seus aliados. De outro lado, a pressão dos manifestantes na Alesp exigia uma resposta. A alternativa mais conveniente para o governo e seus deputados era empurrar tudo para frente, interminavelmente, tentando fazer com que a postura autoritária e inimiga da Educação Pública do Governador saísse de debaixo dos holofotes acesos pela reação enérgica do Fórum das Seis.

A base parlamentar de Alekmin estava disposta a obstruir as sessões extraordinárias, enquanto diminuía a nossa capacidade de manter a pressão sobre os deputados e o governo, particularmente após a suspensão da greve. A votação foi então realizada de forma simbólica, sendo garantida aos partidos que desejassem a manifestação pública da sua posição sobre o veto. Fizeram manifestação explícita contra o veto de Alekmin os seguintes partidos: PT, PC do B, PMDB, PFL, PDT, PSB e individualmente, os deputados Roberto Moraes (PPS) e Adilson Oliveira (PSC).

A diretoria da Adusp, levando em conta os interesses do movimento e a necessidade de potencializar a nossa capacidade de articulação parlamentar, decidiu construir o poste eletrônico **desta etapa da nossa luta**, mantendo como inimigos da Educação Pública, além do Governador, os partidos e deputados que não se manifestaram publicamente contra o veto na sessão de 28/9, essencialmente a parte mais organizada da bancada governista. Confira o resultado na página da Adusp, [www.adusp.org.br](http://www.adusp.org.br).

É evidente que a nossa luta continua na Lei Orçamentária (LO), que acabou de dar entrada na Alesp, e deve continuar até a LDO do ano que vem, que terá eleições...

# Assembléia Legislativa mantém veto de Alckmin

*Apesar da pressão dos manifestantes, deputados garantem a vontade do Governador*

**N**a sessão extraordinária de 28/9, a Assembléia Legislativa (Alesp) manteve o veto do governador Geraldo Alckmin ao aumento de verbas para a educação pública previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006 (LDO), que fôra votada pela casa em 7/7.

Diante da resistência do governo em pautar a matéria e da ausência de alternativas para resolver o impasse, a oposição não teve outra saída senão concordar em realizar uma votação simbólica, na qual houve apenas declaração de voto contrário por parte das bancadas que eram a favor da derrubada do veto.

Apesar de sair-se vitorioso, o governo Alckmin procura recuperar-se do enorme desgaste sofrido e agora acena com a perspectiva de garantir que, no próximo ano, seja transferido algum recurso às três universidades estaduais, pois o veto simplesmente deixou USP, Unesp e Unicamp sem vinculação de verbas na LDO.

Nesse sentido, estão previstas duas possibilidades que não se excluem: 1) entrada da Lei Orçamentária 2006 (LO, que foi apresentada pelo Executivo à Alesp nesta quinta-feira, 29/9), na qual estariam previstos recursos da ordem de R\$ 3,7 bilhões (equivalentes aos atuais 9,57% da cota-parte do ICMS), mais pequenas verbas para expansão das universidades. “Os reitores inclusive acabaram concordando com essa proposta”, declarou aos jornalistas, após a sessão, o líder do governo, deputado Edson Aparecido (PSDB); 2) apresentação de projeto de lei fixando um percentual de repasse, em 2006, de 9,67% da cota-parte do ICMS à USP, Unesp e Unicamp, o qual seria aumentado em 0,05 ponto percentual por ano até 2009.

Todos esses valores, contudo, são inferiores ao repasse que havia sido aprovado pela Alesp: 10% da cota-parte do ICMS. Mesmo o Cruesp reivindicava no mínimo 9,93% da cota-parte do ICMS apenas para manter a estrutura hoje existente, sem incluir os recursos necessários à expansão (como a USP Leste e os novos campi da Unicamp e Unesp).

Sem a fixação de um percentual, as universidades ficarão sem repasses garantidos em 2006, aponta o líder do PT, deputado Renato Simões, para quem a situação atual fere a autonomia universitária. Na medida em que não houver um percentual fixado, adverte Simões, os repasses estarão sujeitos a possíveis contingenciamentos de verbas que o Executivo queira promover.

A manutenção do veto obrigará o Centro Paula Souza (Ceeteps), responsável pelas Escolas Técnicas Estaduais e pelas Fatecs, a continuar dependendo da boa-vontade do Governador para receber os repasses estipulados na LO, igualmente passíveis de redução. Quanto à educação como um todo, que receberia 31% da receita de impostos caso o veto tivesse sido derrubado, terá somente os 30% dessa mesma receita, já garantidos pela Constituição Estadual.

Apesar de 81 deputados terem assinado a lista de presença, menos de 40 estavam no plenário quando a votação foi anunciada pelo presidente da Alesp, deputado Rodrigo Garcia (PFL). Os líderes do PCdoB, deputado Nivaldo Santana, e do PT foram os únicos que encaminharam às bancadas voto contrário à manutenção do veto. No entanto, a não-derrubada já estava determinada, em razão do acordo realizado no Colégio de Líderes, que impedia a votação nominal.

Após o presidente ter encerrado a votação, declarando rejeitado o projeto de lei que derrubava o veto de Alckmin, os líderes do PT, PCdoB, PMDB, PSB, PFL e PDT declararam voto favorável à derubada do veto. Fizeram-no ainda, só que individualmente, os deputados Rafael Silva (sem partido), Roberto Moraes (PPS) e Adilson Oliveira (PSC).

Ao final, o presidente declarou mais uma vez que o veto fôra mantido. Os presentes às galerias, no entanto, entenderam o contrário e comemoraram a suposta derrubada. Afinal, o processo de votação foi extremamente confuso, e a soma dos deputados integrantes das bancadas cujos líderes haviam declarado voto pela derrubada, e dos que o haviam feito individualmente, correspondia a 51 deputados, três a mais do que o necessário para reverter o veto.

Em seguida, foi explicado aos manifestantes o que de fato ocorrera: uma votação simbólica, na tentativa do governo Alckmin de preservar sua base parlamentar, já que os integrantes desta não tiveram que declarar em plenário voto favorável ao veto.

## **Violência**

Frustrados com o resultado, os cerca de 200 manifestantes que se encontravam dentro da Alesp juntaram-se aos que haviam sido impedidos pela Polícia Militar de entrar na “Casa do Povo”, apesar de as galerias não estarem lotadas. Após plenária, todos decidi-



Fotos: Daniel Garcia



**No alto: o instante em que o presidente da Alesp declara mantido o veto de Alckmin à LDO. Acima: “corredor polonês” formado por PMs da tropa de choque, à entrada da Alesp**

ram sair em passeata até o Masp para denunciar à população a atitude dos deputados.

À tarde, os manifestantes haviam percorrido o caminho inverso, chegando à Alesp às 17 horas, numa manifestação que reuniu cerca de 2.000 pessoas, na sua maioria estudantes e funcionários das universidades e do Ceeteps. No retorno, o número de manifestantes caiu para 800.

Por volta das 23 horas, já diante do Masp, um grupo de estudantes fechou a pista da Avenida Paulista no sentido Consolação, sentando-se na via e acendendo uma foguei-

ra. Apesar dos apelos feitos no carro de som por outros integrantes do movimento para que a via fosse liberada, o grupo continuou o protesto, até que a tropa de choque da PM avançou sobre ele.

Os policiais lançaram bombas de gás lacrimogêneo para dispersar a multidão, a qual se dirigiu rumo à Rua da Consolação, cujos arredores foram palco de violência contra os manifestantes. Dois deles e um policial ficaram feridos, mas, ao contrário do que aconteceu no confronto ocorrido em 14/9 nas imediações da Alesp, ninguém teria sido detido.

# Mais uma sucessão reitoral sem eleições diretas

*Processo de escolha do Reitor na USP é o mais restrito e antidemocrático do Brasil*

No dia 25/10/2005 realiza-se o 1º turno do processo de escolha do novo Reitor da USP, o que volta a colocar em evidência a questão da democracia. Comparada às demais universidades públicas brasileiras, a USP é indiscutivelmente a menos democrática do país no que se refere ao processo de escolha de Reitor.

Levantamento do *Informativo Adusp* aponta que outras instituições, inclusive Unesp e Unicamp, realizam, no mínimo, consultas às respectivas comunidades, cujos resultados são levados em conta pelos colegiados responsáveis pela elaboração de listas a partir das quais os dirigentes são escolhidos. Em alguns casos, a vontade expressa pelas urnas é soberana, ainda que formalmente a legislação determine a homologação dos resultados por algum colegiado e a nomeação por uma autoridade externa à universidade (governador ou ministro da Educação).

A promulgação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), provocou retrocessos em várias instituições, principalmente no que se refere à paridade, pois antes da LDB algumas delas contabilizavam os votos das consultas de modo que docentes, estudantes e funcionários tivessem o mesmo peso no resultado final.

Além de não prever a eleição direta de reitores, a LDB res-

| Eleições para Reitor em 2005 – Colégio eleitoral do 1º turno |                     |                         |
|--|---------------------|-------------------------|
| Categoria  | Número de eleitores | Participação no colégio |
| Docentes   | 1479                | 88,0%                   |
| Estudantes   | 135                 | 8,0%                    |
| Funcionários   | 60                  | 3,6%                    |
| Comunidade externa   | 6                   | 0,4%                    |
| <b>Total</b>   | <b>1680</b>         | <b>100,0%</b>           |

Fonte: Lista de Eleitores 1º Turno (2005) - Secretaria Geral da USP

tringe a democracia ao determinar que, “em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes” (artigo 56, parágrafo único). Com isso, a participação de funcionários e estudantes é reduzida a no máximo 30% do colégio eleitoral.

## USP ignora LDB

Nos seus colegiados, a USP ultrapassa o já elevado percentual de 70% de docentes definido na LDB, situando-se portanto numa condição de ilegalidade. No Conselho Universitário (CO), os docentes perfazem 81% dos membros. E, quando analisada a composição do colégio eleitoral que vota no 1º turno do processo de escolha do Reitor, os docentes chegam a representar 88% do total de eleitores (vide quadro).

Porém, falar-se em “docentes” é quase uma impropriedade neste caso, pela simples razão de que nos colegiados da USP a grande maioria deles é constituída por professores titulares. Por exemplo, no CO os professores titulares são quase 90% dos membros docentes!

Além de expressar a vontade de uma minoria, o processo de escolha do Reitor na USP é antidemocrático nas duas pontas: na inicial, o universo dos que têm direito de candidatar-se ao cargo, reservado exclusivamente aos professores titulares; e na final, porque cabe ao Governador a última palavra, escolhendo numa lista tríplice o nome do seu agrado.

## Sui generis

De acordo com o artigo 36 do Estatuto da USP, a elaboração da lista tríplice de candidatas a Reitor a ser encaminhada ao Governador do

Estado ocorre em dois turnos com voto secreto.

No 1º turno, são “eleitos oito nomes pelos membros da Assembléia Universitária, composta pelo Conselho Universitário, pelos Conselhos Centrais [Cultura e Extensão Universitária; Graduação; Pós-Graduação; Pesquisa] e pelas Congregações das Unidades” (inciso II). No atual processo sucessório, este colégio eleitoral congrega 1680 pessoas, algo em torno de 1,5% do conjunto da comunidade universitária.

No 2º turno, há uma **redução do colégio eleitoral**, provavelmente *sui generis* no país: três nomes são escolhidos dentre os oito professores titulares apontados em primeiro turno, “sendo eleitores os membros do Conselho Universitário e dos Conselhos Centrais” (inciso III, grifo nosso). Portanto, as congregações são excluídas. Assim, no segundo turno o colégio eleitoral é **reduzido a pouco**

mais de 400 pessoas, dentre as quais os professores titulares são esmagadora maioria.

## Vice-Reitor

Os nomes que compõem a lista tríplice precisam de maioria absoluta de votos (artigo 36, inciso IV). “Se em dois escrutínios a maioria absoluta não for atingida far-se-á uma terceira votação, incluindo-se na lista os nomes que receberem maior número de sufrágios” (inciso V).

Tanto no 1º como no 2º turno, cada eleitor tem direito a apenas um voto, “devendo seu voto em cada um dos turnos conter no máximo três nomes” (parágrafo único, inciso VII). Explica-se essa regra: na burocracia da USP, diversos professores titulares ocupam mais de uma vaga em colegiados. Definida finalmente pelo exíguo colégio eleitoral do 2º turno, a lista tríplice segue para a decisão do Governador.

As regras listadas acima também são observadas no processo de escolha de Vice-Reitor. Assim como na eleição de Reitor, há a elaboração de uma lista tríplice que é enviada ao Governador, a quem cabe a decisão final, e apenas professores titulares são elegíveis. A escolha, contudo, é realizada em único turno, dela participando somente os membros do Conselho Universitário e dos Conselhos Centrais.

## Entidades enviam ao CO proposta que prevê realização de Estatuinte soberana

O Sintusp, o DCE-USP e a Adusp obtiveram 25 assinaturas de conselheiros para que seja incluída na pauta do CO, o que deverá ocorrer na sessão do dia 18/10, a

proposta de organização de um amplo processo de discussão dos seguintes eixos: 1) eleições diretas para Reitor e 2) realização de uma Estatuinte exclusiva e so-

berana, com representação democrática de professores, estudantes e funcionários, que delibere um novo Estatuto para a USP, dissolvendo-se logo após.

É bom lembrar que hoje apenas o CO tem a prerrogativa de mudança estatutária. Está claro que a sua composição garante que tudo continue como está, com a

universidade controlada por uma oligarquia que se alterna no poder há anos. Como vimos na matéria acima, nem mesmo a conservadora LDB é respeitada!